

## RECONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO: INFLUÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA DO SÉCULO XX

Francisco Bruno Silva Lobo (1); Larissy Alana da Silva Holanda (2); Verônica Salgueiro do Nascimento (3)

(<sup>1</sup>Universidade Federal do Ceará, [brnlobo@yahoo.com.br](mailto:brnlobo@yahoo.com.br); <sup>2</sup>Universidade Federal do Ceará, [larissyalana@gmail.com](mailto:larissyalana@gmail.com); <sup>3</sup>Universidade Federal do Ceará, [vesalgueiro@gmail.com](mailto:vesalgueiro@gmail.com))

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória das sucessivas crises cíclicas ocorridas no sistema capitalista, a partir de um recorte temporal das décadas de 70, 80 e 90, e aprofundar as discussões sobre as refrações que este processo trouxe ao sistema educacional brasileiro, sobretudo para a Educação Profissional. Nesse sentido, é traçado um diálogo com autores de referência, a partir de uma revisão bibliográfica, onde buscou-se construir um panorama de como essas alterações ocorridas no período supracitado influenciaram o mundo do trabalho, a política no Brasil e como ocorreram ações governamentais no âmbito econômico e educacional em diferentes agendas de governo. Faz-se uma análise de como o ideário neoliberal norteou as reformas educacionais e como os paradigmas de “modelo de competências” e “capital humano” orientaram estes ajustes. Por fim, a partir de uma leitura com perspectiva histórico-dialética buscou-se compreender e analisar como a educação e o trabalho foram se moldando às exigências da Mundialização do Capital.

**Palavras-chave:** Sistema Capitalista, Educação Profissional, Modelo de Competências, Capital Humano.

### INTRODUÇÃO

A discussão sobre a reprodução do sistema capitalista, bem como suas sucessivas crises estruturais, é assunto recorrente em trabalhos acadêmicos e isso pode ocorrer a partir de uma diversidade de olhares para este objeto. Exemplo disso se dá na aproximação, em momentos específicos, no campo da História, em outros da Economia “e, mais à frente, do cenário da Educação, porque esse percurso, é o exercício prioritário na arena do materialismo histórico e dialético”. (OLIVEIRA; MAIA 2016, p. 127). Estes afirmam ainda que é possível entender como as crises provenientes do sistema capitalista ocorrem nas dimensões sistêmica, organizacional e do sujeito.

Ao se fazer uma análise temporal destes fenômenos percebe-se que determinados momentos históricos merecem especial atenção. Como, por exemplo, o período dos anos 1970, que Mészáros (2005) analisa e percebe que se diferencia, enquanto crise econômica, de momentos históricos anteriores, atentando para uma maior influência na economia global. Collin (2010) comunga da acepção marxiana ao caracterizar esta crise como o resultado da superprodução do capital em que se torna impossível colocar-se à taxa média de lucro do período precedente. O mesmo recorte histórico foi caracterizado por Mészáros (2002) como particular, por se dar em caráter universal; não havendo restrições entre esferas ou ramos, ter

alcance global; sem limitação a um conjunto particular de países, e por se estender de forma contínua e permanente através do tempo.

Ao analisar a trajetória do capitalismo também se faz necessário atentar para as mudanças ocorridas entre os anos 80 e 90, no âmbito do mundo do trabalho, bem como suas implicações na esfera educacional, em particular na Educação Profissional. Neste período, como descrevem Ferretti e Silva Junior (2000), o Brasil, com o objetivo de adentrar a Nova Ordem Mundial, experimentou mudanças bastante significativas no âmbito do trabalho, em virtude da adoção de novas tecnologias de base física, bem como de inovações organizacionais e de gestão. Estas modificações trouxeram consigo consequências para as políticas educacionais, em especial na Educação Profissional, no contexto do atendimento aos anseios da Mundialização do Capital.

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória das sucessivas crises cíclicas ocorridas no sistema capitalista, a partir de um recorte temporal das décadas de 70, 80 e 90, e aprofundar as discussões sobre as refrações que este processo trouxe ao sistema educacional brasileiro, sobretudo para a Educação Profissional.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui empreendida possui natureza qualitativa, pois se baseia nos pressupostos de Minayo (1992) ao se definir como uma busca pela compreensão de questões particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Possui caráter bibliográfico, pois se enquadra em uma modalidade de estudo, descrita por Oliveira (2007), como investigação e análise de documentos de domínio científico.

Ao buscar compreender as relações entre trabalho e educação dentro do contexto das sucessivas crises do sistema capitalista ocorridas nas décadas de 70, 80 e 90, esta pesquisa assume finalidade descritiva, como define Gil (2008), pois almeja estabelecer relações entre variáveis, para compreender um determinado fenômeno.

Dessa forma, realiza-se a análise de literaturas acerca da relação entre trabalho e educação no Brasil a partir de uma perspectiva histórico-dialética, entendendo que esse processo produtivo tem se materializado dentro do contexto de Mundialização do Capital (CHESNAIS, 1996).

Nesse sentido, optou-se por utilizar como fonte de informações as Bibliotecas Eletrônicas SciELO e Google Acadêmico, adotando-se como descritores de busca, as expressões: “Educação Profissional e Modelo de Competências”; “Educação Profissional e Capital Humano”, “Modelo de Competências e Capital Humano”, “Educação Profissional e

Capitalismo”. Os artigos foram sendo selecionados na medida em que seus conteúdos se mostravam mais próximos da discussão pretendida pelos autores deste trabalho.

Durante o processo de investigação, também foram utilizados periódicos impressos que continham trabalhos acadêmicos voltados para as temáticas aqui discutidas. A pesquisa ocorreu entre os meses de agosto e dezembro de 2017.

As informações coletadas nos artigos consultados foram interpretadas através do método de análise por triangulação, que Rodrigues (2008) define como a sobreposição dos dados com o objetivo de evidenciar pontos comuns sobre o fenômeno.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A crise do capitalismo nos anos 70 e seus desdobramentos no mundo do trabalho**

A partir da década de 1930 a economia brasileira passa por transformações no âmbito de sua matriz produtiva. O até então modelo primário-exportador, fundado na excessiva exploração de recursos naturais é substituído em um processo que Furtado (1992) caracteriza como uma política de substituição de importações. Esta, de acordo com o referido autor, serviu como motor de desenvolvimento nacional e tornou o Brasil a fronteira em mais rápida expansão da economia mundial, esgotando-se ao final da década de 70, período de grande crise econômica.

O colapso econômico dos anos 70 trouxe diversas consequências para o capital mundial e estas se capilarizaram no âmbito organizacional. Iniciou-se a partir daí um período que deu vazão para ascensão de novos padrões de produção e trabalho. Nesse sentido, Alves (2011) afirma que o Toyotismo substitui o Taylorismo/Fordismo como sistema produtivo em um momento que marca o desenvolvimento de uma “nova materialidade do capital”. Oliveira e Maia (2016), baseados em um referencial macro-organizacional, diferenciam o Fordismo/Taylorismo do Toyotismo afirmando que com o sistema Toyota a produção passa a ser baseada na demanda, ficando a produção em larga escala em segundo plano, adotando como foco a produção em quantidades menores e posterior reposição de estoques de acordo com a absorção da mercadoria pelo consumidor.

No que diz respeito às mudanças nas relações de trabalho, Antunes (2001) descreve que se espalharam do Japão para o Ocidente capitalista e se caracterizaram como variadas, bastante heterogêneas e fundamentadas no trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções e melhor aproveitamento possível do tempo de produção. A estagnação do sistema fordista, para Frigotto (2000), ocorre de forma concomitante à revolução na base técnica do

processo produtivo, bem como a criação de novos materiais e fontes de energia provenientes da microeletrônica, associada à informatização, a microbiologia e a engenharia genética. O autor destaca ainda que a substituição de uma tecnologia rígida por uma mais flexível se dá a partir desses fatores mencionados.

Peixoto et al. (2016) afirmam que as mudanças ocorreram também no viés ideológico, à medida que se objetivou a criação de um culto ao subjetivismo no interior dos ambientes corporativos através da “quebra de padrões hierárquicos” entre patrões e empregados, que exigiam do proletariado que este se mostrasse cada vez mais intelectualizado e qualificado. Para este mesmo trabalhador, Arrais Neto (2002) aponta para a necessidade de demonstrar-se possuidor de intelecto desenvolvido, detentor de criatividade, manuseio simbólico e desenvolvimento linguístico.

A partir destes pressupostos, embasou-se a tese liberal de elevação da qualificação dos trabalhadores. Oliveira e Maia (2016) afirmam que no contexto de pós-crise dos anos 1970, pelas mudanças organizacionais ocorridas e o acirramento da era do trabalho, o capitalismo necessitou de elementos que o legitimassem no âmbito ideológico e o campo educacional se tornou um deles. Assim, o processo educativo se tornou ponto crucial para a cooptação dos trabalhadores no ínfimo das políticas de ajuste neoliberal, que se firmou dos anos 1980 aos dias atuais.

### **A mundialização do capital e suas consequências para o Brasil durante os anos 80 e 90**

Convém recorrer à História para que haja o entendimento de como ocorreram no Brasil, durante os anos 80 e 90, mudanças políticas refletidas em ações tomadas por diferentes agendas de governo que se sucederam. Também se faz necessário entender que estas incidiram como reflexo direto da dinâmica do capital mundial através dos anos. Durante os anos 80 configurou-se na economia brasileira um cenário de crise proveniente da aplicação do capital nacional em setores financeiros, para o pagamento de dívidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O país atravessava um momento, que era reflexo da expansão de indústrias de bens de consumo duráveis e bens intermediários de capital, ocorrida no período do “milagre econômico”, no qual, segundo Hermann (2004) o Brasil viu-se numa economia de crescimento vitorioso, entre 1968 e 1973, em que o PIB cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, e assim permaneceu por seis anos consecutivos.

Esta industrialização, ocorrida ao longo dos anos 70, aconteceu de forma bastante significativa, mas fora tardia se comparada a países como a Inglaterra, e repercutiu abalando os setores econômicos nacionais. Cano (1964) afirma que o regime autoritário elaborou uma série de reformas institucionais e econômicas no sistema monetário e financeiro. Dentre estas destacam-se acordos de investimento com o governo norte-americano, que trouxeram déficits para a balança comercial, recrudescimento inflacionário e endividamento externo a partir da defesa de devedores privados. Estes saldavam suas obrigações em moeda nacional, transferindo suas dívidas externas para o Estado, configurando assim um processo de “estatização da dívida”. A crise econômica reverberou na política nacional e encontrou nas oposições brasileiras a base para servir de argumento para a redemocratização do país e consequente retomada do desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, Cano (1964) atenta para o fato de que foi um pacto conservador que deu base para esse processo político e que a Nova República inicia com o fôlego, baseada no Plano Cruzado, para o combate à inflação, que chegou a níveis de 242% em 1985. Com o final da década de 80, a modernização tecnológica ganha espaço e passa a influenciar a tomada de decisão empresarial em um momento que Ferretti e Silva Junior (2000) caracterizam como dominado pela recessão econômica e diminuição do mercado interno, acompanhado pela entrada do comércio internacional a partir da política de abertura do governo de Fernando Collor de Mello. O Brasil passou então por um período de suma transição no que diz respeito às políticas econômicas. De acordo com Mantega (2001), nesse momento se configura um novo modelo de gestão econômica e durante a década de 90 as políticas desenvolvimentistas de inspiração keynesiana e intervenção estatal seriam substituídas pelo ideário neoliberal.

Nesse período, o empresariado começa a se preocupar com esfera educacional. A reestruturação produtiva se torna vigente no âmbito empresarial à medida que chegam até o país as influências de uma nova ordem mundial, pautada no desenvolvimento científico e tecnológico, bem como inserção econômica do Brasil nesta, aproximando setores produtivos e educacionais. Leite (1994) atenta para a difusão dos programas de qualidade total e para as iniciativas governamentais em desenvolvimento de laboratórios e institutos de pesquisa. O mercado mundial começa a ditar as áreas das ciências que seriam indispensáveis para as inovações tecnológicas e que deveriam se comunicar com os setores educacionais para qualificar trabalhadores para o novo modelo de capitalismo mundial. No caso do Brasil, isto se reflete através de reformas educacionais ocorridas ao longo dos anos 90.

Estes ajustes vêm a ocorrer após a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), momento em que a política brasileira, descrita como Nova República, se caracteriza por um “hiperpresidencialismo” como salienta Oliveira (1992). Neste sistema há uma hegemonia do poder executivo em relação aos demais poderes. Na nova agenda de governo, a engenharia política converte a crise econômica herdada pelos militares em uma crise do aparelho do Estado e das instituições políticas em geral. Nesse contexto, FHC possuía legitimidade política e eleitoral para realizar reformas nas políticas públicas de acordo com as demandas do capital mundializado, influenciado diretamente pelos organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial, como caracterizam Ferretti e Silva Junior (2000):

Portanto, as reformas do Estado no atual estágio do capitalismo mundial tendem para um desmonte do Estado intervencionista na economia e nos setores sociais. A globalização da economia e dos mercados e a divisão do globo em megabloco econômicos impõem uma reforma dos Estados que propicie a expansão do mercado e de sua lógica, sob o discurso da auto-regulação, bem como possibilita a introjeção da racionalidade mercantil na esfera pública (...) (FERRETTI; SILVA JUNIOR, 2000, p. 61)

Assim, o Brasil passa por um processo de transição em seu caráter Estatal. Este deixa de priorizar a intervenção na economia em favor do capital nacional e internacional, além de implementação de políticas públicas baseadas em demandas sociais a partir da comunicação do poder Legislativo com a sociedade. Passa então a adotar o modo de Estado Gestor modernizado, com políticas pautadas segundo a lógica da esfera privada e manutenção de sua capacidade produtiva dentro do projeto político.

Neste sentido há uma mudança de paradigmas nas políticas educacionais. Shiroma (2000) elucida que ainda em 1993, durante o governo Collor de Melo, já havia uma comunicação entre os organismos multilaterais e iniciativa governamental para a elaboração do Plano Decenal de Educação Para Todos. Com o governo FHC estas iniciativas se intensificam, em especial no âmbito da Educação Profissional, bem como sua relação com a Educação Básica a partir da lógica de racionalidade do capital. Ou seja, há a necessidade de adaptação do processo educacional ao mundo dos negócios, ou o que Ferretti e Silva Junior (2000) denominam como mercantilização da educação.

**O ideário neoliberal sustentado nas reformas educacionais brasileiras: “modelo de competências” e “capital humano”**

Como fora exposto, o capitalismo necessitou adentrar a via ideológica e se internalizou nas vias educacionais para “modelar os estados de espírito dos homens e conseguir que estejam dispostos a aceitar normas de condutas relacionadas com o desempenho de um emprego e com o domínio das atividades que o compõe”. (DREEBEN, 1968, p. 31). Portanto, no Brasil, a partir dos anos 1980 inicia-se um processo de adequação ao capitalismo industrial, no qual Oliveira e Maia (2016) apontam para o surgimento de lutas sociais cada vez mais recorrentes no contexto de ascensão de uma burguesia industrial que faz uso de argumentos supostamente baseados no avanço e elevação do trabalhador ao estrato social, mas que segundo (Frigotto 2010) lança as bases para uma educação profissional definida a partir das demandas do processo de acumulação do capital, reguladas e subordinadas pela esfera privada.

Dentro desta lógica, Gomes (2015) afirma que nos anos 80 e 90, com a nova crise de capital, ocorreu no Brasil à instauração de políticas de ajuste que se refletem no âmbito educacional e são fundamentadas em um modelo de "competências" que tem o objetivo de atender as demandas do mercado. Hirata (1994), ao descrever esse modelo, elucida que nos anos 70 havia uma segregação das qualificações, existindo uma separação entre uma grande parcela de trabalhadores desqualificados e uma minoria de trabalhadores superqualificados coexistindo durante o processo de modernização tecnológica. A mesma autora afirma que, em meados dos anos 80, surge um novo paradigma descrito por Lima (2012, p. 98) como: “a tese da requalificação dos operadores com a utilização de novas condições de produção” e que obscurece a anterior ideia de polarização e dá luz ao modelo de competências. O autor também garante que o referido paradigma tem sua origem na França, nos anos 80, a partir de discursos inicialmente empresariais e posteriormente levados para o viés econômico e social e se trata, segundo Hirata (1994), de uma noção bastante imprecisa, quando comparada ao conceito de qualificação.

O modelo de competências dá vazão ao surgimento da ideia de marketing pessoal e é constantemente criticado por diversos estudiosos da educação. Como por exemplo, Arrais Neto (2014) que denuncia a responsabilização individual atribuída ao trabalhador quando este se vê excluído do mercado de trabalho, no qual o emprego deveria ser assegurado a partir de políticas públicas. Díaz e Movilla (2007) afirmam que a partir deste paradigma a demonstração de um desempenho eficiente se dá através de algo real e demonstrado e não por uma potencialidade a ser comprovada no âmbito laboral.

Nesse sentido, Gomes (2015) atenta para importantes mudanças na legislação educacional do país, em especial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

de 1996, que ocorreram na perspectiva de adaptação da formação discente às exigências mercadológicas no cenário mundial e local. Analisando estas reformas, Silva (2009), aponta para as imbricações trazidas para o âmbito educacional que se refletiram em proposições curriculares, em especial no ensino médio e educação profissionalizante, objetivando o atendimento das “exigências do mundo do trabalho”. Percebe-se a intenção de adequar a educação escolar às necessidades do mercado em que categorias como “competências e habilidades”, “tecnologias” e “adequação ao mundo do trabalho” ganham notoriedade para a reformulação de currículos e métodos educativos, nos quais se estabelece restrita relação entre tecnologia e conhecimento científico.

Um fator que merece destaque por se tratar de um pressuposto educacional que dá sustentação às reformas educacionais ocorridas no Brasil no decorrer dos anos 80 e 90 é a Teoria do Capital Humano. Esta que, segundo Benjamin (2016), emerge concomitante à necessidade de agregar esforço educacional e desenvolvimento econômico, se baseia em um olhar prático para educação, voltado à inserção produtiva através da qualificação para postos de trabalho estanques. Trata-se de um paradigma oposto ao clássico, humanista e generalista da educação.

Nos anos 70, durante o regime militar, este já ganhava espaço por fazer parte da premissa do projeto desenvolvimentista e de industrialização do país junto à criação de cursos de pós-graduação que o desse suporte. Já na década de 90 até os dias atuais, segundo Lima (2012), esta teoria se faz presente nas agendas de governo que se baseiam na “sociedade do conhecimento”, manifestando-se através do otimismo pedagógico, desarticulado de políticas socioeconômicas. A partir desta teoria, vê-se a educação como um meio de superação dos problemas sociais para o estabelecimento de um novo pacto social.

## **CONCLUSÕES**

Diante do que foi exposto neste trabalho, é possível realizar uma análise crítica a partir dos diferentes momentos vividos pela economia capitalista mundial, bem como suas influências no mundo do trabalho, sua estrutura organizacional e também os desdobramentos acarretados às reformas educacionais ocorridas no Brasil até os anos 90.

Estas ocorreram partindo da premissa da adequação do processo educativo à mundialização do capital e, no âmbito da educação profissionalizante, se basearam no determinismo tecnológico, mercantilização da educação e subordinação ao processo produtivo, a partir do objetivo de responsabilizar o trabalhador pela sua empregabilidade, tirando do Estado a necessidade de implementação de políticas públicas que assegurem os



postos de trabalho. Nesse sentido, torna-se necessário atentar para o fato que os paradigmas de “modelo de competências” e “capital humano” se traduzem em iniciativas neoliberais excludentes para um novo contrato social, pautado no individualismo.

Do ponto de vista educacional faz-se necessário denunciar o fato de que reformas curriculares pautadas nos paradigmas supracitados partem de um olhar falho por não levarem em consideração que os postos de trabalho a serem ocupados e a capacidade de desempenhar tarefas de forma satisfatória estão relacionados a outros fatores que independem das competências adquiridas no âmbito da educação profissional. Percebe-se assim a necessidade de enxergar a qualificação do trabalhador de forma mais profunda e ampla.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In: A cidadania negada*: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001.

ARRAIS NETO, Enéas de Araújo. Por uma crítica a sociologia do trabalho: a releitura dos processos de qualificação para politécnica. *In: ARAAIS NETO, Enéas et al. Trabalho e educação face a crise global do capitalismo*. Fortaleza: UFC, 2002.

BENJAMIN, César. Educação e projeto nacional. *Revista Politika*, n.3, mar.-abr. 2016.

CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. *UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ*, v. 2004, p. 40, 1964.

COLLIN, Denis. **Compreender Marx**. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

DÍAZ, Rafael Tejeda; MOVILLA, Silvia Campos. Formación por competencias profesionales em las universidades. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, FAE/UFMG, v. 16, n.1, jan/jun., 2007.

DREEBEN, Robert. On what learned in school. *In: ADDISON*, Wesley, 1968.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Falcon Felipe (Orgs.). **Educação Profissional na EEEP Marvin**: uma avaliação processual do ensino médio integrado. 2015.

FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 109, p. 43-66, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FURTADO, Celso. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. **Estudos avançados**, v. 6, n. 16, p. 55-64, 1992.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. *In*: **Economia Brasileira Contemporânea**, 2004.

HIRATA, H. Polarização das qualificações ao modelo de competência. *In*: FERRETTI, C. J. et al. (orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEITE, M. P. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. *In*: OLIVEIRA, C.A. et al. (Orgs.). **O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: MTb; PNUD; CESIT/Unicamp; Scritta, 1994.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues. O Modelo da Competência e as implicações na vida do trabalhador. **Educação e formação para o trabalho no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

MANTEGA, Guido. **O modelo econômico brasileiro dos anos 90**. 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Sérgio Lessa; Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

OLIVEIRA, F. **Collor: a Falsificação da ira**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OLIVEIRA, Gilson de Sousa; MAIA, Maryland Bessa Pereira. A era do trabalho: a crise estrutural do capital pós-década de 1970 e o ajuste necessário para a educação dos trabalhadores. *In*: **A Educação Profissional: ensaios sobre a formação e a qualificação dos trabalhadores**. Recife: Imprima, 2016.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes; ARRAIS NETO, Enéas de Araújo; SOUZA, Raphael Pires. A Retração das Políticas Sociais Públicas no Capitalismo Contemporâneo. *In*: **As Interfaces do Mundo do Trabalho: Educação, Práxis Social e formação dos trabalhadores**. Curitiba: CRV, 2016.

RODRIGUES, Lea C. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. Aval Revista Avaliação de Políticas Públicas, n.1, jan-jun/2008, p. 7-16.



SHIROMA, Eneida Oto, Moraes, Maria Célia M. de, EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Monica Ribeiro. Tecnologia, trabalho e formação na reforma curricular do ensino médio. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v.39, n.137, Ago. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010015742009000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742009000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 Nov. 2017.